

SICREDI PARTICIPAÇÕES S.A.

Av. Assis Brasil, 3940 - Cep: 91060-900 - Porto Alegre/RS - CNPJ: 10.480.950/0001-14



Relatório da Administração

Em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulgamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Sicredi Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A evolução das principais contas patrimoniais, quando comparadas com o exercício anterior, decorre do esforço empreendido pelo conjunto das Cooperativas de Crédito Acionistas, Banco Cooperativo Sicredi S.A., Empresas Controladas, Confederação, seus Dirigentes e Colaboradores, cujos esforços caminham na direção da modernização e profissionalização de todo o Sistema Sicredi. A Sicredi Participações S.A., possui participação majoritária no capital votante do Banco Cooperativo Sicredi S.A. O Banco Sicredi divulgou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme dispositivos legais e do estatuto social, no Jornal do Comércio do dia 21 de março de 2023.

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Disponibilidades	4	49	121	611.295	523.440
Instrumentos financeiros		28.268	6.251	149.400.422	82.402.739
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	—	—	18.431.808	5.767.144
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	—	—	4.236.748	3.784.928
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	28.268	6.251	38.023.351	8.652.569
Carteira própria		28.268	6.251	13.719.595	5.600.769
Vinculados a operações compromissadas		—	—	23.248.790	2.480.595
Vinculados a prestação de garantias		—	—	1.023.008	444.799
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	—	—	31.958	126.406
Repasse interfinanceiros	8	—	—	55.443.135	38.688.782
Operações de crédito	8	—	—	21.652.001	17.339.331
Outros ativos financeiros	9	—	—	11.743.857	8.241.414
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.e	—	—	(130.478)	(71.429)
Créditos tributários	20b	—	—	192.978	58.987
Outros ativos	10	38.453	10.328	312.154	201.724
Investimentos em participações em controladas	11	3.270.647	2.096.753	—	—
Outros investimentos		10	7	988	729
Imobilizado de uso	12	402	147	61.591	60.349
Intangível	12	—	—	8	127
Total do ativo		3.337.829	2.113.607	150.579.436	83.248.095

Passivo e patrimônio líquido

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros		—	—	146.285.818	80.243.127
Depósitos	13	—	—	47.367.826	41.165.337
Captações no mercado aberto	13	—	—	31.015.145	3.749.399
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	—	—	31.787.555	9.069.682
Obrigações por empréstimos	15	—	—	6.376.481	4.488.697
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais		—	—	18.255.380	14.329.542
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	—	—	368.547	29.404
Outros passivos financeiros	16	—	—	11.114.884	7.411.066
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	17	—	—	33.460	28.426
Obrigações fiscais diferidas	20b	—	—	30.647	55.818
Outros passivos	18	39.092	1.863	642.968	455.722
Patrimônio líquido	19	3.298.737	2.111.744	3.298.737	2.111.744
Capital social		3.208.211	2.108.211	3.208.211	2.108.211
Reservas de lucros		90.575	17.446	90.575	17.446
Outros resultados abrangentes		(49)	1.333	(49)	1.333
Prejuízos acumulados		—	(15.246)	—	(15.246)
Participação de acionistas não controladores		—	—	287.806	353.258
Participação de acionistas não controladores		—	—	287.806	353.258
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.337.829	2.113.607	150.579.436	83.248.095

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		2.833	368	11.180.243	4.288.585
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	8.f	—	—	5.763.731	2.800.157
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.833	368	5.226.377	1.136.598
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7.c	—	—	(163.192)	182.853
Resultado de operações de câmbio		—	—	45.346	47.924
Resultado de aplicações compulsórias		—	—	307.981	121.053
Despesas da intermediação financeira		—	—	(9.788.701)	(3.004.841)
Operações de captação no mercado		—	—	(9.106.555)	(2.129.298)
Resultado de empréstimos e repasses		—	—	(682.146)	(875.543)
Resultado da intermediação financeira		2.833	368	1.391.542	1.283.744
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		—	—	(59.879)	(50.052)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.833	368	1.331.663	1.233.692
Outras receitas (despesas) operacionais		120.295	(14.662)	(1.028.672)	(1.022.985)
Receitas de prestação de serviços	23	—	—	1.093.570	962.241
Despesas de pessoal	24	(4.422)	(2.098)	(103.135)	(91.623)
Outras despesas administrativas	25	(2.732)	(1.886)	(2.303.344)	(1.980.052)
Despesas tributárias		(3.674)	(1.002)	(231.764)	(166.522)
Resultado de participações em controladas	11	130.972	(9.738)	—	—
Outras receitas operacionais	26	173	62	577.961	375.579
Outras despesas operacionais	27	(22)	—	(61.960)	(122.608)
Resultado operacional		123.128	(14.294)	302.991	210.707
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		123.128	(14.294)	302.991	210.707
Imposto de renda e contribuição social	20	(7.226)	(952)	(113.276)	(83.285)
Imposto de renda		(5.306)	(694)	(151.833)	(25.795)
Contribuição social		(1.920)	(258)	(123.931)	(20.782)
Créditos fiscais diferidos líquidos		—	—	158.982	(36.708)
Reversão IR e CSLL do exercício anterior		—	—	3.488	—
Participações nos lucros		—	—	(25.590)	(24.885)
Participações dos acionistas não controladores		—	—	(48.223)	(117.783)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		115.902	(15.246)	115.902	(15.246)
Quantidade de ações no final do exercício	19	3.208.211.122	2.108.211.122		
(Prejuízo)/Lucro líquido por lote de mil ações no fim do exercício - R\$		36,13	(7,23)		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Subscrito	A Integralizar	Reserva legal	Reserva especial de lucros						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.178.211	—	16.521	925	(751)	—	27.181	1.222.087	316.856	1.538.943
Aumento de capital	930.000	—	—	—	—	—	—	930.000	—	930.000
Dividendos pagos	—	—	—	—	—	—	(27.181)	(27.181)	—	(27.181)
Ajustes ao valor de mercado - TVM	—	—	—	—	2.084	—	—	2.084	—	2.084
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	—	(15.246)	—	(15.246)	117.783	102.537
Destinações do lucro:										
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(81.381)	(81.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.108.211	—	16.521	925	1.333	(15.246)	—	2.111.744	353.258	2.465.002
Aumento de capital	1.100.000	—	—	—	—	—	—	1.100.000	—	1.100.000
Ajustes ao valor de mercado - TVM	—	—	—	—	(1.382)	—	—	(1.382)	—	(1.382)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	115.902	—	115.902	48.223	164.125
Destinações do lucro:										
Reserva legal	—	—	5.795	—	—	(5.795)	—	—	—	—
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—	(27.527)	—	(27.527)	—	(27.527)
Reserva especial de lucro	—	—	(15.246)	—	—	15.246	—	—	—	—
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	—	—	—	—	—	(82.580)	82.580	—	(113.675)	(113.675)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.208.211	—	7.070	925	(49)	—	82.580	3.298.737	287.806	3.586.543

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	123.128	(14.294)	277.401	185.822
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos				
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	—	—	(200.241)	(34.563)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	—	—	59.879	50.052
Depreciações e amortizações	44	40	4.489	4.570
Perda na alienação de imobilizado	—	—	565	160
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	—	—	5.034	297
Juros sobre instrumentos híbridos de capital	—	—	466	937
Juros da dívida subordinada	—	—	—	—
Resultado de participação em controladas	(130.972)	9.738	—	—
(Prejuízo)/Lucro líquido ajustado no exercício	(7.800)	(4.516)	147.593	207.275
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	—	—	(6.417.552)	(2.272.471)
Redução (aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(22.017)	20.159	332.485	142.397
(Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central	—	—	(451.820)	(704.007)
(Aumento) em repasses interfinanceiros	—	—	(16.754.353)	(13.942.903)
(Aumento) em operações de crédito	—	—	(4.312.670)	(2.853.245)
(Aumento) redução em outros instrumentos financeiros	—	(848)	200.909	(616.510)
(Aumento) em provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	—	—	(830)	(638)
(Aumento) em outros ativos e créditos tributários	(28.125)	(13)	(110.432)	(54.764)
Aumento em depósitos	—	—	6.202.417	12.945.615
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	—	—	27.265.746	(9.723.203)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	—	—	22.717.873	4.912.279

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	—	—	5.813.622	3.851.498
Aumento (redução) em outras provisões, obrigações fiscais diferidas e outros passivos	9.702	362	(1.103.309)	85.564
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações	(48.240)	15.144	33.529.679	(8.023.113)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(7.226)	(952)	(272.439)	(45.072)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(55.466)	14.192	33.257.240	(8.068.185)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Títulos e créditos a receber	—	—	—	106.919
Aquisição de imobilizado de uso	(299)	—	(5.878)	(3.536)
Integralização de capital em empresas controladas	(1.072.424)	(933.206)	(1.101.942)	(958.434)
Aquisição de outros investimentos	(3)	—	(259)	(50)
Dividendos e juros ao capital recebidos	28.120	25.228	—	—
(Aumento) redução de Títulos Disponíveis para Venda	—	—	(16.904.498)	6.334.313
(Aumento) redução de Títulos Mantidos até o Vencimento	—	—	(12.259.606)	259.641
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.044.606)	(907.978)	(30.272.183)	5.738.853
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Divida subordinada	—	—	1.273.880	(60.809)
Aumento de capital	1.100.000	930.000	2.200.000	1.860.000
Juros ao capital	—	—	(31.368)	(2.539)
Dividendos pagos	—	(36.243)	(92.602)	(106.382)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.100.000	893.757	3.349.910	1.690.270
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(72)	(29)	6.334.967	(639.062)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	121	150	2.151.964	2.791.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	49	8.486.931	2.151.964

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Sicredi Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro 2008, integrante do Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema"), que tem por objeto social a participação majoritária no capital votante do Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco" ou "Instituição"). A Companhia possui participação de 90,52% (86,32% em 2021) no capital do Banco, instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. O Banco tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sicredi, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito Singulares ("Cooperativas"), possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo. Em 31 de dezembro de 2022, o Sistema está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.454 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais ("Centrais") - acionistas da Sicredi Participações S.A. -

a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi, além do Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda., a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. e a Administradora de Bens Sicredi Ltda. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. A Companhia, através do Banco, firmou acordo de investimento em 07 de junho de 2011 com o Rabo Partnerships B.V, braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2022, o Rabo Partnerships B.V participa com 8,38% (Em dezembro de 2021 - 12,10%) do capital do Banco. Em outubro de 2012, a Companhia, através do Banco, firmou acordo de investimento com a International Finance Corporation ("IFC"), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	115.902	(15.246)	115.902	(15.246)
Participação dos não controladores	—	—	(48.223)	(117.783)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas	115.902	(15.246)	67.679	(133.029)
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado	(1.382)	2.084	(1.382)	2.084
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.382)	2.084	(1.382)	2.084
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(1.382)	2.084	(1.382)	2.084
Resultado abrangente do exercício	114.520	(13.162)	66.297	(130.945)
Atribuível aos acionistas:				
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos controladores	114.520	(13.162)	114.520	(13.162)
(Prejuízo) líquido atribuível aos não controladores	—	—	(48.223)	(117.783)

Sicredi Participações S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Sociedades Anônimas, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com os princípios de consolidação normatizados pelo BACEN e incluem as demonstrações financeiras individuais da controlada direta (Banco) e das seguintes controladas indiretas:

Empresas

Atividade	2022	2021
Participações indiretas no capital:	%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	100,00	100,00
Sicredi - FIC Multimercado		
Estratégia Arrojada Longo Prazo	Fundo de investimento em cotas	– 98,53
Sicredi - FIC Renda Fixa - Estratégia Conservadora Longo Prazo	Fundo de investimento em cotas	– 59,81
Sicredi - FIC Multimercado		
Estratégia Moderada Longo Prazo	Fundo de investimento em cotas	– 95,62
Sicredi - FIC Ações Sustentáveis ESG	Fundo de investimento em cotas	– 87,52
Participações diretas no capital:		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	Banco Cooperativo	90,67 86,37

Foram integradas as demonstrações financeiras consolidadas dos fundos de investimentos nos quais o Banco Sicredi sób qualquer forma, assuma ou retenha substancialmente riscos e benefícios. Durante o exercício de 2021, o Banco Sicredi realizou processo de seed money para alavancagem da abertura dos fundos de investimentos: Sicredi - FIC Multimercado Estratégia Arrojada Longo Prazo, Sicredi - FIC Renda Fixa Estratégia Conservadora Longo Prazo, Sicredi - FIC Multimercado Estratégia Moderada Longo Prazo e Sicredi - FIC Ações Sustentáveis ESG. Porém, completado o limite de 12 meses, o Banco realizou o resgate das aplicações. Com isso, o Banco não possui tais investimentos em 31 de dezembro de 2022 e os fundos citados não fazem mais parte da consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. c) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pela Companhia. 3. **Resumo dos principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram: a) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes a exercício futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. d) **Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados subseqüentemente da seguinte forma: *Títulos para negociação* - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento; *Títulos disponíveis para venda* - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; *Títulos mantidos até o vencimento* - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, descontando a possibilidade de venda desses títulos. e) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Instituição utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros com o objetivo de atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Banco e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*Hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Sicredi. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*, em casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias: • *Hedge* de risco de mercado: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas devem ser registrados em contrapartida ao resultado do período da Instituição; • *Hedge* de fluxo de caixa: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da Instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, da parcela efetiva, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários e demais variações em contrapartida ao resultado do período. O Sicredi não possui operações classificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo suas operações de *hedge accounting* classificadas como risco de mercado. Para os derivativos classificados na categoria de *hedge accounting* existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de *hedge*, conforme determina a Circular nº 3.082/02. As operações com derivativos no mercado de futuro e opções são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas. f) **Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, quando aplicável, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. g) **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. h) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata die* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. i) **Investimentos:** Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. j) **Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. k) **Intangível:** Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear. l) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida no resultado do período em questão pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. m) **Ativos e passivos em moeda**

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

estrangeira: Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio do Banco Central vigentes de acordo com as transações. As diferenças decorrentes de conversão de moeda são reconhecidas no resultado do período. n) **Depósitos, obrigações por repasse e demais passivos financeiros:** Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata die*. o) **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas. p) **Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre as diferenças temporárias, às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a CSLL. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Em virtude da aplicação da Lei nº 14.446 publicada em 02 de setembro de 2022 (Conversão da MP Nº 1.115/22), que elevou a alíquota em um ponto percentual durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, o efeito ocasionado pela majoração temporária sobre os créditos tributários foi realizado durante a vigência da nova alíquota, com reestabelecimento da alíquota em 1º de janeiro de 2023. q) **Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do BACEN, a saber: *Ativos contingentes* são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; *Passivos contingentes* são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; As *obrigações legais* são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. r) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. s) **Plano de pensão - contribuição definida:** A Companhia e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que prevê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. t) **Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. u) **Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado recorrente

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Composição da carteira:

Carteira própria			
Letras do Tesouro Nacional - LTN			
Cédula de Produto Rural - CPR			
Fundos de investimento renda fixa			
Notas do Tesouro Nacional - NTN			
Letras Financeiras Subordinadas			
Vinculados a operações compromissadas			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			
Letras do Tesouro Nacional - LTN			
Notas do Tesouro Nacional - NTN			
Vinculados à prestação de garantias			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			
Subtotal			
Instrumentos financeiros derivativos			
Total - 2022			
Total - 2021			
Total circulante			
Total não circulante			

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. b) **Classificação de títulos e valores mobiliários:**

	Controladora		Consolidado	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Mantidos para negociação				
Sem vencimento	28.268	28.268	205.901	205.901
Subtotal	28.268	28.268	205.901	205.901
Disponível para a venda				
A vencer em até 12 meses	—	—	16.136.283	16.137.404
A vencer acima de 12 meses	—	—	2.154.123	2.094.723
Subtotal	—	—	18.290.406	18.232.127
Mantidos até o vencimento				
A vencer em até 12 meses	—	—	—	480.766
A vencer acima de 12 meses	—	—	—	19.151.047
Subtotal	—	—	—	19.631.813
Total - 2022	28.268	28.268	18.496.307	38.069.841
Total - 2021	6.251	6.251	8.525.519	8.824.935

Com base no entendimento da Circular 3.068/01 do BACEN, os títulos registrados na categoria mantidos até o vencimento são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, enquanto os títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda são ajustados pelo valor de mercado. Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Até 31 de dezembro de 2022, não foram realizadas reclassificações de categorias de títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2022, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 58.279 (em dezembro de 2021 - ganho líquido de R\$ 152), os quais parte estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$ 1.382 (em dezembro de 2021 - R\$ 2.084). No exercício de 2022, o montante de ajuste a valor de mercado de títulos classificados como mantidos para negociação registrado no resultado foi de R\$ 0 (em dezembro de 2021 ganho de R\$ 8.738). O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor das cotas dos fundos é atualizado diariamente e esse valor é o oficial enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e ANBIMA. c) **Instrumentos financeiros derivativos:** São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* cujo objeto de proteção são captações realizadas no mercado exterior. A utilização desses instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, a proteção contra riscos decorrentes das oscilações cambiais, sendo o vencimento dos instrumentos atrelados ao vencimento das operações de captação. Os instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, bem como as captações objeto de proteção são ajustados a valor de mercado, exceto quando mantido até o vencimento em operações casadas com a mesma contraparte (instrumento e objeto). A determinação dos valores de mercado dessas operações é realizada através de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela administração do Banco. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de negociação e disponíveis para venda, prefixados, são operados de forma casada com contratos derivativos, no qual o instrumento utilizado para proteção das oscilações das taxas são contratos de DI Futuro. O objetivo desse instrumento é a proteção na oscilação das taxas dos títulos públicos prefixados. Os títulos públicos objetos de proteção são ajustados ao valor de mercado, usando premissas de preços de mercado, obtidos através de cotações para ativos e passivos com mesmas características, ou então, semelhantes. Na indisponibilidade dessas premissas, são utilizadas modelagens de precificação, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela gestão da entidade. Quanto aos instrumentos financeiros, custodiados pela B3, eles possuem

é aquele que está relacionado com as atividades características da Companhia ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. 4. **Caixa e equivalentes de caixa:** Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades (a)	49	121	611.295	523.440
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	—	—	7.875.636	1.628.524
Re vendas a liquidar - posição bancada	—	—	—	338.239
Re vendas a liquidar - posição financiada	—	—	7.849.998	1.281.758
Aplicações em moedas estrangeiras	—	—	25.638	8.527
Total	49	121	8.486.931	2.151.964

(a)As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa. 5. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:**

	Consolidado				
	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira
Aplicações no mercado aberto	7.849.998	-	-	7.849.998	1.619.997
Re vendas a liquidar - posição bancada					
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	338.239
Re vendas a liquidar - posição financiada					
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.849.998	-	-	7.849.998	1.281.758
Aplicações em depósitos interfinanceiros	872.061	6.177.095	3.507.016	10.556.172	4.138.620
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	872.061	6.177.095	3.507.016	10.556.172	4.138.620
Aplicações em depósitos de poupança	25.638	-	-	25.638	8.527
Aplicações em depósitos de poupança	25.638	-	-	25.638	8.527
Total - 2022	8.747.697	6.177.095	3.507.016	18.431.808	
Total - 2021	1.898.268	2.027.335	1.841.541		5.767.144
Total circulante				14.924.792	3.925.603
Total não circulante				3.507.016	1.841.541

6. Depósitos compulsórios no Banco Central:

	Consolidado	
	2022	2021
Reservas compulsórias - depósitos de poupança	4.236.748	3.784.928
Total circulante	4.236.748	3.784.928

Os depósitos de poupança referem-se aos valores de recolhimentos obrigatórios de Poupança Rural e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em moeda nacional mantidas junto ao Banco Central.

Controladora		Consolidado				
2022	2021	2022			2021	
Total da carteira	Total da carteira	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira
—	—	—	—	—	—	5.274.080
—	—	3.375.547	—	—	3.375.547	—
—	—	—	—	—	—	77.078
28.268	6.251	205.901	—	—	205.901	203.576
—	—	8.691.586	—	—	8.691.586	—
—	—	—	—	1.446.561	1.446.561	46.035
—	—	462.377	—	16.576.505	17.038.882	2.480.595
—	—	4.070.271	—	2.094.723	6.164.994	—
—	—	—	—	44.914	44.914	—
—	—	18.235	—	1.004.773	1.023.008	444.799
28.268	6.251	16.823.917	—	21.167.476	37.991.393	8.526.163
—	—	27	10.721	21.210	31.958	126.406
28.268	—	16.823.944	10.721	21.188.686	38.023.351	—
—	6.251	235.635	47.411	8.369.523	—	8.652.569
28.268	6.251	—	—	—	16.834.665	283.046
—	—	—	—	—	21.188.686	8.369.523

ajustes diários das operações de futuros que são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, respeitando a metodologia de cada operação, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. O Sicredi estabeleceu a contabilidade de *hedge* para as operações com derivativos de *swap*, no qual o objeto de proteção são captações no mercado externo, bem como as operações de DI Futuro, cujo objeto de proteção são os títulos públicos disponíveis para venda prefixados ou títulos privados prefixados. Portanto, as variações e ajustes decorrentes da (des)valorização desses instrumentos e objetos são lançados em contrapartida ao resultado, independente da sua classificação conforme circular nº 3.068/01, uma vez obedecida a Circular nº 3.082/02, que dispõe sobre o reconhecimento de operações de *Hedge accounting* em contas do resultado, quando classificadas como risco de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, exceto os instrumentos financeiros derivativos específicos cujo ajuste é realizado apenas pela curva, registrados e avaliados conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Consolidado				2021
	2022				
	Posição líquida dos contratos a vencer				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Compensação					
Contratos futuros	17.019.087	829.998	18.213.990	36.063.075	75.530
Contratos de swap	4.719.328	—	—	4.719.328	2.721.377
Contrato de termo	3.028	1.791	—	4.819	—
Total - 2022	21.741.443	831.789	18.213.990	40.787.222	—
Total - 2021	148.738	(14.400)	2.662.569	—	2.796.907
Contratos de swap					
Posição ativa	—	10.653	21.210	31.863	126.406
Posição passiva	(3.801)	(74.204)	(290.471)	(368.476)	(29.404)
Contratos de termo					
Posição ativa	27	68	—	95	—
Posição passiva	(68)	(3)	—	(71)	—
Total - 2022	(3.842)	(63.486)	(269.261)	(336.589)	—
Total - 2021	2.382	(24)	94.644	—	97.002
Total circulante				(67.328)	2.358
Total não circulante				(269.261)	94.644

	Consolidado		2021
	2022		
	Custo - Valor a receber/recebido dos contratos (A pagar/pago)	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	36.063.075	(5.861)	–
Compromisso de compra	8.100.856	530	–
DI Futuro	7.994.679	–	–
WDO Futuro	106.178	207	–
Outros	–	323	–
Compromisso de venda	27.962.219	(6.391)	–
DI Futuro	27.523.015	(4.048)	–
DOL Futuro	439.203	(2.343)	–
Contratos de swap	4.719.328	26	(336.613)
Posição ativa	–	90	31.863
Moeda estrangeira	–	90	31.863
Posição passiva	4.719.328	(64)	(368.476)
Moeda estrangeira	4.719.328	(64)	(368.476)
Contratos de termo	4.818	26	24
Posição ativa	3.405	90	95
Moeda estrangeira	3.405	90	95
Posição passiva	1.413	(64)	(71)
Moeda estrangeira	1.413	(64)	(71)

<

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Cenários

Cenário 1

Cenário 2

Cenário 3

Item sensibilizado

Resultado da intermediação financeira

Premissa

Redução de 5%

Redução de 10%

Redução de 15%

Efeito no resultado

66.583

133.166

199.749

Item sensibilizado

Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Premissa

Piora de 20%

Piora de 30%

Piora de 40%

Efeito no resultado

(26.096)

(39.143)

(52.191)

Item sensibilizado

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Premissa

Piora de 10%

Piora de 20%

Piora de 30%

Efeito no resultado

(3.346)

(6.692)

(10.038)

Item sensibilizado

Impacto nos créditos tributários

Premissa

Aumento de 10%

Aumento de 20%

Aumento de 30%

Efeito no resultado

19.193

38.387

57.580

31.12/2022

31/12/2021

31.12/2022

31/12/2021

Patrimônio de Referência (PR)

4.013.829

2.721.288

Nível I (NI)

3.784.507

2.675.170

Capital Principal (CP)

3.558.635

2.449.764

Capital Social

3.488.977

2.388.977

Reservas de Capital

69.661

60.685

Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial

—

221

Ajustes Prudenciais

(3)

(119)

Capital Complementar (CC)

225.872

225.406

Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas

225.872

225.406

Nível II (NII)

229.322

46.111

Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas

1.319.991

46.111

Dedução de investimento em outras entidades

(1.090.669)

—

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

24.498.310

17.826.571

Risco de Crédito

21.572.307

15.382.056

Risco de Mercado

343.000

83.032

Risco de Operacional

2.583.003

2.361.483

Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

124.641

242.288

Margem de Capital¹

1.316.868

696.337

Índice de Basileia (PR /RWA)

16,4%

15,3%

Capital Nível I (NI /RWA)

15,4%

15,0%

Capital Principal (CP /RWA)

14,5%

13,7%

Capital Complementar (CC /RWA)

0,9%

1,3%

Capital Nível II (NII /RWA)

0,9%

0,3%

Situação de Imobilização (Imob)

91.071

87.428

Índice de Imobilização (Imob /PR)

2,3%

3,2%

32. Bancos correspondentes:

Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

33. Compromissos, garantias e outras responsabilidades:

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

Consolidado

31/12/2022

31/12/2021

Créditos abertos à Exportações;

3.092

3.392

Câmbio a contratar

—

—

Coobrigação por garantias prestadas

—

—

Beneficiários de garantias prestadas(a)

138.940

105.865

Depositários de valores em custódia/garantia (b)

23.207.853

10.739.313

Títulos em cobrança(c)

43.134.118

38.563.541

(a) Os beneficiários de garantias prestadas correspondem basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos a terceiros em moeda nacional. (b) Os depositários de valores em custódia/garantia referem-se aos valores de títulos de terceiros custodiados na B3 e no SELIC. (c) Os títulos em cobrança representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

Consolidado

31/12/2022

31/12/2021

351.051

425.604

34. Cobertura de seguros:

A Companhia por meio do Banco e as suas controladas mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes. 35. Outros assuntos: a) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021: Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de Hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco durante o exercício de 2022. Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação: • Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps); • Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias; • Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.; • Fase IV (2023/2024): Testes e implementações. Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação. b) Medida Provisória nº 1.128/2022: Em novembro de 2022, a Medida Provisória 1.128/2022 foi convertida na Lei 14.467, ratificando os novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 ("IFRS 9"), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade e fiscal. c) Flexibilização da Coisa Julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF): Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar os Recursos Extraordinários nº 949.297 e nº 955.227, em repercussão geral, Temas 881 e 885, respectivamente, chegou ao entendimento segundo o qual as decisões individuais definitivas, em matéria tributária, ainda que transitadas em julgado, podem vir a perder seus efeitos caso o STF, posteriormente, venha a decidir em sentido contrário. Em razão do entendimento adotado pelo STF, a Administração já finalizou análise das discussões tributárias efetuadas pelo Banco e não foram identificados impactos.

</

Sicredi Participações S.A.	
* continuação	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicredipar. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicredipar. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicredipar a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Brasília, 21 de março de 2023.	
 Building a better working world ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Renata Zanotta Calçada Contadora CRC-RS062793/O-8	

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR